





**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
CML 1ª RM  
LABORATÓRIO QUÍMICO FARMACÊUTICO DO EXÉRCITO  
(Botica Real Militar/1808)**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 46/2020 – LQFEx**


**(Art. 4 da Lei nº 13.979/20)**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 64614.001810/2020-08**

**TERMO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO**

Em conformidade com o disposto no Art 38 da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993 e na Portaria Ministerial Nº 35, de 24 de maio de 1995 (IG 12-02) autuo nesta data o Processo Administrativo referente à Dispensa de Licitação acima indicada, cujo objeto e recursos estão definidos no despacho do Ordenador de Despesas contido na Requisição nº 050 – DPCApLog/LQFEx, de 30 de abril de 2020.

Rio de Janeiro, RJ, 06 de maio de 2020.

  
**KHLEBER JOSÉ EUGENIO DE ARAUJO -TC**  
Chefe da Seção de Licitações e Contratos



MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
CML - 1ª RM  
LABORATÓRIO QUÍMICO FARMACÊUTICO DO EXÉRCITO  
(Botica Real Militar/1808)



Requisição nº 050 – DPCApLog/LQFEx

Rio de Janeiro - RJ, 30 de abril de 2020.

Do Chefe da Divisão de Planejamento, Controle e Apoio Logístico.

Ao Sr Chefe da Divisão Administrativa

**Assunto:** Aquisição de insumos - 33.90.30 SI 09

**Rfr:** Art. 13 das IG 12-02.

1. Nos termos contidos no Art. 13 das IG 12-02, aprovada pela Port Min nº 305, de 22 MAIO 1995, solicito-vos providências no sentido de aprovar a aquisição de insumo abaixo especificado:

EMPRESA		SULMINAS SUPLEMENTOS E NUTRIÇÃO		
CNPJ		22.528.133/0001-78		
MODALIDADE		DISPENSA DE LICITAÇÃO		
CATMAT	MATERIAL	QTDE (kg)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
434657	CLOROQUINA	500	1.304,00	652.000,00

2. Justifico tal solicitação pela necessidade de aquisição do item supracitado para produção de cloroquina utilizado no tratamento do COVID-19 em conformidade pela Lei 13.979 de 06 de fevereiro de 2020. O produto será armazenado no Almoxarifado de Insumos.

**SANDRA FERNANDES DE OLIVEIRA MONTEIRO** – Ten Cel  
Chefe da Divisão de Planejamento, Controle e Apoio Logístico


Di 46

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO  
ADMINISTRATIVA

1. O referido material/serviço necessita ser adquirido;
2. Para fins do Art. 38 da Lei 8.666, de 21 JUN 1993, empregar os recursos da Natureza da Despesa

33 90 30 - 09 - covid 19

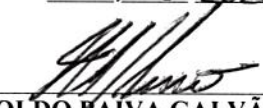
Em 06, 05, 2020

  
ELMIR BRANDÃO GALINDO – 2º TEN  
Respondendo pela Chefia da Fiscalização Administrativa

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESA

1. Autorizo a aquisição do material/serviço e determino a abertura de processo licitatório, se for o caso;
2. A Comissão Permanente de Licitação adote os procedimentos cabíveis de acordo com as normas em vigor;
3. Publicação em Boletim Interno: ( ) Sim ( ) Não.

Em 05 maio / 2020

  
HAROLDO FAIVA GALVÃO – Cel  
Ordenador de Despesas



RJ, 30/04/2020

Governo Federal  
Ministério do Exército  
Laboratório Químico Farmacêutico do Exército  
Divisão de Planejamento, Controle e Apoio Logístico  
A/C T.C. Sandra  
Chefe da Divisão Dpcaplog  
Tel.: (21) 2201-5595 ou 2281-1426 ramal: 220

De: Marcelo Luis Mazzaro  
Tel 21 2492 1406

REF: LQFEX – CLOROQUINA DIFOSFATO

Ilmo Sr Diretor do LQFEx,

Conforme contato telefônico, informamos que dispomos de um quantitativo adicional de material.

Como este quantitativo havia sido adquirido um pouco antes do aumento mais significativo dos custos, podemos disponibilizar o mesmo de forma mais competitiva.

Assim sendo segue abaixo nossa oferta para este lote específico:

Produto: CLOROQUINA DISFOSFATO  
Qty: 500Kg  
Valor Unitario: R\$ 1.304,00 / Kg

ICMS - Incluso

DIFAL - Inclusa

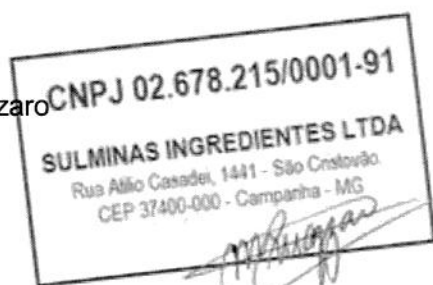
Entrega programada: EMERGENCIAL AÉREA

Local de entrega: LQFEX

Pagamento: 30 dias

Pedimos vossa especial atenção ao assunto para que possamos efetivar a operação e evitar possível desabastecimento junto ao exportador.

Marcelo Luis Mazzaro



**SULMINAS INGREDIENTES**

Rua Atílio Casadei, 1441 - Campanha / MG - CEP 37.400-000 - Tel/Fax 55 21 2492 1406  
Tel.Fax: 55 35 3261 3787 - Sulminas@rjnet.com.br



**PROPOSTA COMERCIAL – 28-04-2020**

**A/C.: TC Sandra - Chefe da Divisão de Planejamento, Controle e Apoio Logístico -  
Laboratório Químico Farmacêutico do Exército**

**Em conformidade a solicitação de proposta comercial, segue abaixo nossas condições  
para fornecimento de 500 kg de Cloroquina Fosfato através do processo de Dispensa de  
Licitação.**

Produto: Cloroquina Fosfato

Fabricante: IPCA - ÍNDIA

Quantidade: 500 kg

Unidade de medida (embalagem): BR 25 kg

Prazo de entrega: 60 dias da confirmação do pedido, aproximadamente. Podendo ou não  
antecipar dependendo do período de paralização na Índia devido ao COVID 19

Condições de pagamento: 30 dd

Validade da proposta: 3 dias

Tributos inseridos: Todos para fornecimento do produto

Frete: Incluso

Valor unitário: R\$ 1.860,00 p/kg

Valor Total: R\$ 930.000,00

Valor Total por extenso: Novecentos e trinta mil reais.

Atenciosamente,

Nome: Douglas Josefik

Telefone: 11 – 98709-6941

E-mail: douglas.josefik@mcassab.com.br



MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
CML 1ª RM  
LABORATÓRIO QUÍMICO FARMACÊUTICO DO EXÉRCITO  
(Botica Real Militar/1808)

COVID-19- LEI N. 13.979/20 - DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA Nº 46 /2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 64614 001810202008

TERMO DE REFERÊNCIA

**DO OBJETO**

- ✓ 1. Aquisição através de Dispensa de Licitação para aquisição de insumo farmacêutico ativo – IFA, utilizado na produção de CLOROQUINA 150 mg, para atender às demandas das diversas unidades de Saúde do Exército Brasileiro, Ministério da Defesa (Marinha e Aeronáutica), e o Ministério da Saúde no combate ao COVID-19.
  - ✓ 1.1. A aquisição do IFA visa a produção de CLOROQUINA 150 mg, preconizada no tratamento do COVID-19. A aquisição deste insumo para a produção deste medicamento visa o combate desta doença sendo considerado caráter emergencial de saúde pública mundial.
  - ✓ 1.2. O item solicitado não possui saldo nos processos licitatórios existentes no LQFEx, pois já foram utilizados em produções anteriores e por isso se faz necessário a Dispensa de licitação, principalmente, devido o caráter de urgência ocasionado pelo aumento dos casos de COVID-16.
  - ✓ 1.3. O critério de julgamento adotado foi o menor preço do item, observando como referência o preço vigente de mercado, a pesquisa de preços com fornecedores e/ou painel de preços e está amparada o contido no Art. 4, Inciso I, II, III e IV da Lei 13.979 de 6 de fevereiro de 2020.
  - ✓ 1.4. Fica estabelecido que em caso de eventual divergência na descrição associada ao código CATMAT-dos insumos no sistema COMPRASNET e a descrição trazida neste Termo de Referência prevalecerá **SEMPRE** este último;
  - ✓ 1.5. Aquisição de insumos farmacêuticos para produção emergencial de CLOROQUINA 150 mg, pelo Laboratório Químico Farmacêutico do Exército, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste termo de referência e conforme **Requisição nº50-DPCApLog/LQFEx**, de 30 de abril de 2020.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UND	QUANT
1.	<p><b>CLOROQUINA, DIFOSFATO</b>  Sinomínia: 7-cloro-4-[[4-(dietilamino)-1-metilbutil]amino]quinolina fosfato (1:2) <sup>1</sup>  Fórmula Molecular: C<sub>18</sub>H<sub>26</sub>ClN<sub>3</sub> · 2 H<sub>3</sub>PO<sub>4</sub> <sup>1</sup>  Peso Molecular: 515,86 <sup>1</sup>  DCB: 02489  CAS: 50-63-5 <sup>1</sup>  1 - Descrição: Pó cristalino, de coloração branca ou quase branca, higroscópico. Apresenta polimorfismo;<sup>2</sup>  2- Solubilidade: Solúvel ácidos diluídos, clorofórmio e éter; muito pouco solúvel em água;<sup>2</sup>  3- Identificação A, B, C e D: Passa o teste;<sup>2</sup>  4- Perda por dessecação: Máximo a 2,0%;<sup>1,2</sup>  5- pH: 3,8 a 4,3 determinar em solução a 10,0% (p/v) em água isenta de dióxido de carbono;<sup>2</sup>  6- Faixa de fusão: 193 a 195 °C para um dos polimorfos, 215 a 218 °C para o outro polimorfo.<sup>2</sup>  7- Impurezas Orgânicas: Passa o Teste;<sup>1</sup>  8- Doseamento: 98,0 a 102,0% , em relação à substância seca;<sup>1</sup>  9- Teste de segurança biológica: <sup>4</sup>  Fungos e Leveduras: Máx. de 100 UFC/g.  Total de bactérias aeróbias: Máx. de 1000 UFC/g.  Microrganismos patogênicos: Ausência em 1g de <i>Escherichia coli</i>, <i>Staphylococcus aureus</i> e <i>Pseudomonas aeruginosa</i>.  10- Estocagem: Recipientes bem fechados;<sup>1</sup>  11- Tamanho de partícula: Tamanho médio de partícula de 155,4 µm;<sup>3</sup>  12- Densidade Aparente: 0.70 - 0.80 g/mL;<sup>3</sup>  13- Densidade Compactada: 0.82 - 0.92g/mL;<sup>3</sup>  14- Umidade: Até 0.9 %;<sup>3</sup>  11- Análise térmica de varredura: Apresenta somente um evento térmico referente a fusão da substância na faixa de 186°C a 206°C;<sup>3</sup>  12- Laudo analítico: Todos os lotes do material devem vir acompanhados do Laudo Analítico do Fabricante contendo, no mínimo, as informações constantes desta especificação;<sup>3</sup>  13- Transporte: O material não deve ser carregado em veículos que se destinam, originalmente, ao transporte de alimentos, devendo a caçamba do mesmo encontrar-se totalmente fechada, sem fenda ou abertura, e possuir certificado de sanitização com prazo de validade. AQL-0.010 (Nível de qualidade aceitável, segundo o padrão MIL-STD 105- D nível II);<sup>3</sup>  15- Prazo de Validade: Não deve ter transcorrido, mais de 80% do prazo de validade previsto;<sup>3</sup>  16- Presença de Forma Polimorfica II, comprovada através de termograma de DSC e difratograma de Raios-X;<sup>3</sup>  17- “Drug Master File” (DMF): Deverá ser apresentado no momento da entrega, contendo informações sobre composição química, incluindo rota de síntese, produtos intermediários e resíduos, local e processo produtivo, cumprimento de Boas Práticas de Fabricação e condições de armazenamento.<sup>3</sup>  <b>OBS.: Fornecer Drug Master File com tradução<sup>3</sup></b>  Referências Bibliográficas:  1 - USP 42, NF 37, pág. 939, 2019.  2 - Farmacopéia Brasileira 6ª ed. v.02, pág , 2019.  3 - Desenvolvimento Interno.  4 - Farmacopéia Brasileira 6ª ed, v. 01, pág. 414, 2019.</p>	434657	Kg	500

✓ 1.5. O prazo de vigência da contratação é de 6 (seis) meses, prorrogável por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública de importância internacional, declarada por meio da Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, do Sr. Ministro de Estado da Saúde.

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- ✓ 2.1. Aquisição de insumo farmacêutico ativo - IFA necessário para a produção de CLOROQUINA 150 mg, medicamento preconizado no tratamento do COVID-19, que visa evitar o agravamento da doença e o maior número de pessoas que venham a utilizar os leitos hospitalares das unidades intensivas do CTI sobrecarregando ainda mais o Sistema de saúde nacional.
- ✓ 2.2. O LABORATORIO QUIMICO FARMACEUTICO DO EXÉRCITO - LQFEx, é uma Organização Militar Industrial, criado pela Portaria Normativa Nº 1.242/MD de, 21 de setembro de 2006, que tem como missão produzir medicamentos e outros produtos que previnam e curem doenças melhorando a qualidade de vida e que representem excepcional valor às nossas partes interessadas.
- ✓ 2.3. O Laboratório atua no ramo farmacêutico e sua atribuição específica é de fabricar, armazenar e distribuir medicamentos, destinados às Organizações Militares e outros Órgãos Públicos como o Ministério da Saúde e as Secretarias de Saúde dos Estados e Municípios (Regulamento do Laboratório Químico Farmacêutico do Exército – R-132, 1984).
- ✓ 2.4. A motivação da presente solicitação consiste na aquisição de insumo farmacêutico utilizado na produção de Cloroquina 150 mg, produto este utilizado no combate do Coronavírus e sua distribuição visa atender as diversas unidades de saúde do Exército Brasileiro, Ministério da Defesa (Marinha e Aeronáutica), bem como o Ministério da Saúde

## 3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

- ✓ 3.1. A natureza do objeto a ser contratado é comum, conforme preconiza o art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.

## 4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

- ✓ 4.1. O prazo de entrega dos bens é de 20 dias, contados da data de recebimento da Nota de Empenho, em remessa única, no seguinte endereço:

ÓRGÃO GERENCIADOR:

LABORATÓRIO QUÍMICO FARMACÊUTICO DO EXÉRCITO

UASG: 160328

Rua Licínio Cardoso, 96 – Triagem – Rio de Janeiro – RJ - CEP: 20960-015.

- ✓ 4.2. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade dos insumos, na data da entrega não poderá ser inferior a 80 % do prazo total recomendado pelo fabricante.
- ✓ 4.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 20 dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- ✓ 4.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

✓4.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 72 horas, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, laudo de aprovação expedido pelo Controle de Qualidade, confirmação da quantidade do material e conseqüente aceitação mediante termo circunstanciado.

✓4.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

✓4.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## 5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

6.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.6. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais, comerciais, taxas, tributos e contribuições que incidirem, direta ou indiretamente, sobre o fornecimento do contrato.

## 7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## 8. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## 9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67, Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## 10. DO PAGAMENTO



- 10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 10.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 10.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 10.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 10.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 10.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 10.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.



10.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

10.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

## 11. DO REAJUSTE

11.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

## 12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, tendo em vista que a aquisição/entrega de cada item será de forma imediata conforme a emissão da Nota de Empenho, para a efetiva distribuição.

## 13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:



- 13.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
  - 13.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
  - 13.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
  - 13.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
  - 13.1.5. cometer fraude fiscal;
- 13.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 13.2.1. **Advertência**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 13.3. multa moratória de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 13.3.1. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
  - 13.3.2. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
  - 13.3.3. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
  - 13.3.4. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
    - 13.3.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Termo de Referência.
  - 13.3.5. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 13.4. As sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.3.3, 13.3.4 e 13.3.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 13.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 13.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
  - 13.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
  - 13.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

13.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

#### 14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

14.1. Será utilizado o recurso emergencial destinado ao combate e enfrentamento do coronavírus.

#### 15. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR

15.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

15.2. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

15.2.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

15.3. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

15.4. Os critérios de **qualificação técnica** a serem atendidos pelo fornecedor serão:

15.4.1 Os laudos analíticos referentes às análises de qualidade devem ser assinados por profissional legalmente habilitado.

15.4.2. Licença Sanitária da Visa local para armazenar, distribuir, fracionar e/ou importar insumos farmacêuticos para produção de medicamentos de uso humano;

15.4.3. Autorização de Funcionamento de Empresas (AFE) para as atividades de fornecimento de insumos farmacêuticos para a produção de medicamentos de uso humano;

15.4.4. Atestado de Capacidade Técnica em cópia acompanhada do original ou autenticada em cartório, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome e favor da empresa licitante, que comprove a aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível, em características com o objeto da licitação, qual seja, fornecimento de insumos farmacêuticos para a produção de medicamentos de uso humano.

15.4.5. O(s) atestado(s) deverá(ão) ser apresentado(s) em papel timbrado, no original ou cópia reprográfica autenticada, assinado(s) por autoridade ou representante de quem o(s) expediu, com a devida identificação.

## 16. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL


- 16.1. A Contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com o art. 3º da Lei nº 8.666/93 e com o art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010.
- 16.2. Aplicar as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT NBR, referente ao uso de materiais atóxicos, biodegradáveis e recicláveis, correspondente aos ao Termo de Referência, Anexo I do Edital.
- 16.3. Orientar seus empregados para colaborar de forma efetiva no desenvolvimento das atividades do programa interno de separação de resíduos sólidos e resíduos recicláveis descartados, em recipientes para coleta seletiva nas cores internacionalmente identificadas, de acordo com a Lei nº 12.305/10 e Decreto nº 5.940/06. Dê preferência a embalagens reutilizáveis ou biodegradáveis.
- 16.4. Fazer uso racional de água, adotando medidas para evitar o desperdício de água tratada e mantendo critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo tanto de água quanto de energia, conforme instituído no Decreto nº 48.138/03.
- 16.5. Visar economia na utilização de máquinas, equipamentos e ferramentas contribuindo para a redução do consumo de energia, bem como na utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental, bem como evitar o uso de extensões elétricas, em conformidade com a Lei de eficiência energética nº 10.295/01, Decreto nº 4.131/02, Portarias INMETRO nº 289/06 e nº 243/09.
- 16.6. Utilizar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA, e prever a destinação ambiental adequada de pilhas e baterias usadas inservíveis, pois seus resíduos são utilizados para fabricação de vidros, tintas, cerâmicas, e segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30/06/99.
- 16.7. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança necessários à execução dos serviços e realizar programas internos de treinamento de seus empregados para as práticas de sustentabilidade, observadas as normas ambientais vigentes.
- 16.8. Os resíduos pertencentes ao Grupo B do Anexo I da Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005, com características de periculosidade, conforme Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos – FISPQ, quando não forem submetidos a processo de reutilização, recuperação ou reciclagem devem ser submetidos a tratamento e disposição final específicos. Submetam-se a estas regras todas as empresas geradoras de resíduos contendo substâncias químicas que podem apresentar riscos à saúde pública ou ao meio ambiente, dependendo de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade e toxicidade. Fazem parte deste grupo, por exemplo, drogarias, farmácias e distribuidores de produtos farmacêuticos, etc.
  - 16.8.1. Os resíduos no estado sólido, quando não tratados, devem ser dispostos em aterro de resíduos perigosos - Classe I.
  - 16.8.2. Os resíduos no estado líquido não devem ser encaminhados para disposição final em aterros.



- 16.8.3. Os resíduos sem características de periculosidade não necessitam de tratamento prévio e podem ter disposição final em aterro licenciado, quando no estado sólido, ou ser lançados em corpo receptor ou na rede pública de esgoto, quando no estado líquido, desde que atendam as diretrizes estabelecidas pelos órgãos ambientais, gestores de recursos hídricos e de saneamento competentes.




Rio de Janeiro, 30 de abril de 2020.

  
**SANDRA FERNANDES O. MONTEIRO - TC**  
Chefe da Divisão de Planejamento, Controle e Apoio Logístico

### APROVAÇÃO

Aprovo o presente Termo de Referência de acordo com o contido no Art. 4, Inciso I, II, III e IV da Lei 13.979 de 6 de fevereiro de 2020, e autorizo a aquisição do material referido no objeto, mediante Dispensa de Licitação.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2020.

  
**HAROLDO FAIVA GALVÃO - Cel**  
Diretor do LQFEx

LQFEX  
FLS. 19  
gr.

Exércit Solic Compi Compi Compras SIASGnet Página SPED - Sist SisBol

https://www2.comprasnet.gov.br/siasgnet 90% Pesquisar

Mais visitados Google Primeiros passos Galeria do Web Slice Sites Sugeridos Importado do Internet... Importado do Internet... ComprasNet

**SIASGnet**  
Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

**Divulgação de Compras**

Ministério da Economia

Licitação Dispensa/Inexigibilidade Pedido de Cotação Eventos Subrogação Ajuda Sair

Alterar/Excluir Dispensa 06/05/2020 10:02:00

Órgão: 52121 - COMANDO DO EXERCITO UASG Responsável: 150328 - LABORATORIO QUIMICO FARMACEUTICO DO EXERCITO

Modalidade de Compra: Dispensa de Licitação Nº da Compra: 00046 Ano da Compra: 2020 Lei: Lei nº 13.979 (Emergência Coronavírus)

Artigo: Art. 4º

Percentual de enquadramento da instituição: 20 %

Nº do Processo	Valor Total da Compra (R\$)	Quantidade de Itens	Total de Itens Incluídos
64614001810202008	652.000,00	1	1

Objeto: Aquisição de insumo farmacêutico Ativo - IFA para produção de CLOSOQUINA 150mg em atendimento às demandas das diversas unidades de saúde do Exército Brasileiro, Ministério da Defesa e Ministério da Saúde no combate ao COVID-19.

252 Caracteres Disponíveis

Fundamento Legal: Art. 4º da Lei nº 13.979 de 06/02/2020.

100 Caracteres Disponíveis

Justificativa da Compra sem Licitação: Compra de caráter emergencial de saúde pública mundial no contexto do COVID-19.

44 Caracteres Disponíveis

Reconhecimento da Compra

PT 10:01 06/05/2020

LQFEX  
FLS. 20  
g.

Exercício Solicitação Compra Compra Compra Compra SIASGnet X Página SPED - Sistema SisBol

https://www2.comprasnet.gov.br/siasgnet/ 90% Pesquisar

Mais visitados Google Primeiros passos Galeria do Web Slice Sites Sugeridos Importado do Internet... Importado do Internet... ComprasNet

**SIASGnet** Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais **Divulgação de Compras** Ministério da Economia

Licitação Dispensa/Exclusão Pedido de Cobrança Eventos Sub-rogação Ajuda Sair

Ambiente: **produção** Alterar/Excluir Dispensa 06/05/2020 10:01:33

Compra de caráter emergencial de saúde pública mundial no contexto da COVID-19.

44 Caracteres Disponíveis

Reconhecimento da Compra

\* Data do Reconhecimento  
06/05/2020

\* CPF do Responsável  
022.761.677-67

\* Nome  
HAROLDO PAIVA GALVAO

\* Função  
Ordenador de Despesa

Ratificação da Compra

Data da Ratificação

CPF do Responsável

Publicação da Compra

Data da Publicação

CPF do Responsável

Nome

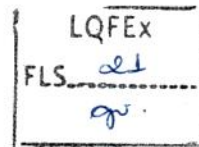
Função

Salvar Compra Excluir Compra Encerrar Compra Disponibilizar para Publicação

Itens

(\*) Campo de preenchimento obrigatório.

PT 10:00 06/05/2020



MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
CML - 1ª RM  
LABORATÓRIO QUÍMICO FARMACÊUTICO DO EXÉRCITO  
(Botica Real Militar / 1808)

RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇO DE MERCADO Nº 41/2020  
(Aquisição de Cloroquina – dispensa de licitação)

1. INTRODUÇÃO

A presente de pesquisa de preço de mercado tem por objetivo, a averiguação da aquisição de Cloroquina, conforme Requisição nº 050/2020, Divisão de Planejamento Controle de Apoio Logístico-DPCApLog, de 30/04/2020, com base na Lei 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, para atender as necessidades da área de produção, relativos ao Covid-19, de posse de nota de empenho 2020NE800074 de 06 de maio de 2020, conforme discriminado abaixo:

ITEM	CAT MAT	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	MED	QTDE
01	434657	Cloroquina	Kg	500

A aquisição do material mencionado acima foi realizada pelo Laboratório Químico Farmacêutico do Exército (LQFEx), situado à Rua Licínio Cardoso nº 96, CEP 20.960-015, Triagem, RJ. Tel/fax (21) 2391-0868, e todas as despesas correrão por conta da empresa até sua efetiva entrega.

2. DESENVOLVIMENTO

A pesquisa realizada tem amparo no Decreto nº 7.892/13, Art. 9º, inciso XI, seguindo o previsto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; na Instrução Normativa (IN) nº 5, de 27 de junho de 2014, atualizada pela IN nº 3, de 20 de abril de 2017, tudo da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPOG).

Cabe ressaltar que a aquisição pretendida será realizada no Brasil e que a Seção de Análise e Pesquisa de Preços utilizou, para a obtenção dos valores de referência desta pesquisa, os parâmetros contidos no Art. 2º da supracitada IN nº 05/2014.

2.1. Análise do item:

2.1.1. Parâmetro I – Paine de Preços disponível no endereço eletrônico <http://paineldeprescos.planejamento.gov.br>, utilizando por base os filtros ano da compra, unidade de fornecimento, UASG, modalidade de compra, nome do material. Foi encontrado o item em sua descrição original de acordo com este parâmetro, conforme figura 01.

Figura 01: Paine de Preços (parâmetro I)

Fonte <http://paineldeprescos.planejamento.gov.br/graficos/detalhe?idSeq=1664590&paine=MATERIAIS>

FLS. 22

2.1.2 Parâmetro II - Contratações Similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores a data da pesquisa de preços. Foi encontrado o item em sua descrição original conforme Pregão 09/2019 da UASG 160328, conforme figura 02.

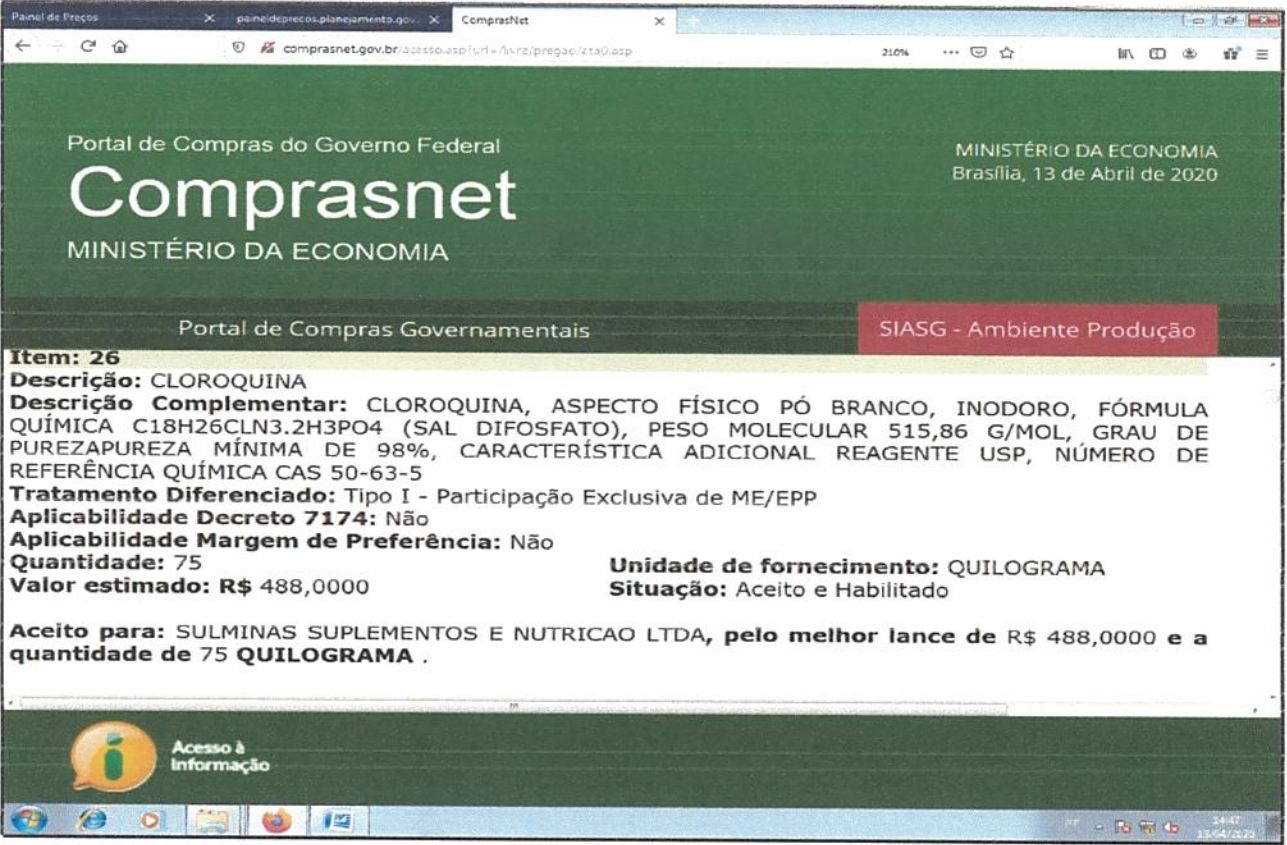


Figura: 02 Comprasnet (parâmetro II)  
Fonte: <http://comprasnet.gov.br/aceso.asp?url=/livre/pregao/ata0.asp>

2.1.3 Parâmetro III – Pesquisa em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso. Foi encontrado o item em sua descrição original de acordo com este parâmetro, conforme figura 03 e 04.

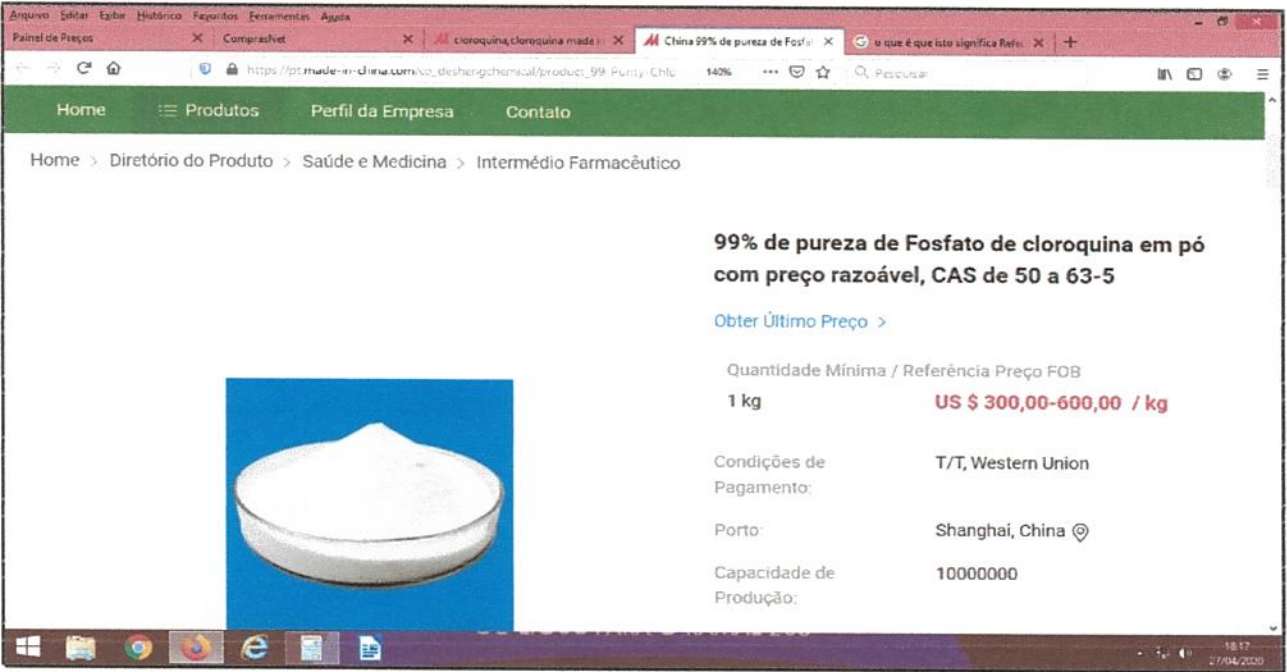


Figura 03: Parâmetro III – Pesquisa em mídia especializada  
Fonte: <https://pt.made-in-china.com/productSearch?keyword=cloroquina&inputkeyword=&type=Product&currentTab=1&currentPage=1&historywords=Suas+Palavras-Chave+Recentes&currentCat=&currentRegion=&currentProp=&submitPageUrl=&parentCat=&otherSearch=&currentAllCatalogCodes=&sgsMembership=&memberLevel=&topOrder=&size=&more=Mais&less=Menos>

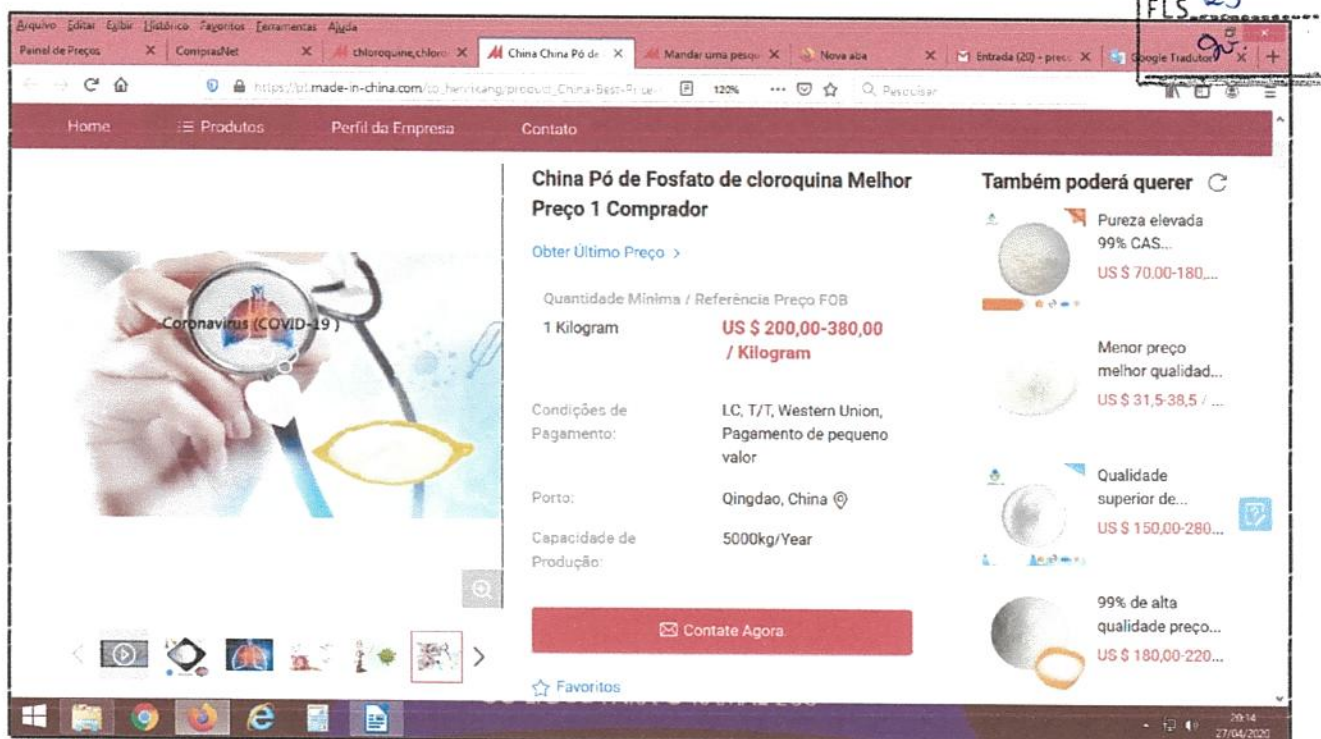


Figura 04: Parâmetro III – Pesquisa em mídia especializada

Fonte: [https://pt.made-in-china.com/co\\_henrikang/product\\_China-Best-Price-Chloroquine-Phosphate-Powder-1-Buyerosgheyghg.html](https://pt.made-in-china.com/co_henrikang/product_China-Best-Price-Chloroquine-Phosphate-Powder-1-Buyerosgheyghg.html)

**2.1.4 Parâmetro IV – Pesquisa com os fornecedores**, desde que as datas das pesquisas não se diferenciem em mais de 180 (cento e oitenta) dias. Foi cotado o item em sua descrição original de acordo com este parâmetro pelas empresas M CASSAB COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA e SULMINAS INGREDIENTES LTDA

### 3. JUSTIFICATIVA

#### 3.1. Método de escolha do preço

A metodologia aplicada, nos resultados da pesquisa para a escolha do valor de referência, foi a de **menor preço**, por se tratar de uma **Dispensa de Licitação**, e com a exclusão dos valores inexequíveis e os excessivamente elevados, apresentou a quantidade aceitável de itens conforme parâmetros estabelecidos pela IN nº 5/2014.

### 4. CONCLUSÃO

Considerando que este relatório se destina tão somente averiguar que o valor empenhado se refere a realidade de mercado, conforme Requisição nº 050/2020 da Divisão de Planejamento, Controle e Apoio Logístico de 30/04/2020, em conformidade com a Lei 13.979 de 06 de fevereiro de 2020 para atender as necessidades no tratamento do Covid-19 e de posse da nota de empenho 2020NE800074 de 06 de maio de 2020, usando os parâmetros previstos na Instrução Normativa (IN) nº 5, de 27 JUN 14, atualizada pela IN nº 3, de 24 ABR 17, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.


Destarte, com o quadro de saúde pública existente no país e no exterior, o preço praticado pelos fornecedores e indústrias de matéria-prima sofreu com o aumento repentino do dólar comercial, levando ao aumento relevante dos produtos em questão, como exemplificado na figura 01 do parâmetro I, em relação ao preço anterior praticado e atualmente pela empresa citada no orçamento anexo ao relatório. Por esta ótica, cabe uma avaliação do produto, quanto ao seu preço, à nível internacional, e conforme consta nas figuras 03 e 04, houve um aumento substancial, e mesmo que o preço praticado seja inferior aos orçados, ainda temos o pagamento do frete, elevando o preço acima do apresentado na referida nota de empenho.

Diante do apresentado nesta pesquisa, segundo melhor juízo, o **valor de referência** foi considerado satisfatório e mostrou que gera valores e custos compatíveis para o ano de 2020, sendo ainda, caracterizados como razoáveis e pertinentes para apreciação da Administração Pública, conforme tabela abaixo:

**RESUMO DA PESQUISA DE PREÇOS**

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QUANT	VALOR DE REF (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	Cloroquina	500	1.304,00	652.000,00

A referida análise e pesquisa de preços contem 04 páginas numeradas e rubricadas.  
Rio de Janeiro – RJ, 08 de maio de 2020.

  
**HAMILTON GONÇALVES RAYMUNDO** – Cap/R1  
Adjunto da Seção de Análise e Pesquisa de Preços

De acordo:

  
**PATRICIA REGINA CARELLI TEIXEIRA DA SILVA** – Cap  
Chefe da Seção de Análise e Pesquisa de Preços




MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
CML - 1ª RM  
LABORATÓRIO QUÍMICO FARMACÊUTICO DO EXÉRCITO  
(Botica Real Militar/1808)

MAPA COMPARATIVO DAS PROPOSTAS EXAMINADAS DA PESQUISA DE PREÇOS Nº 41/2020

PESQUISA DE PREÇOS	EMPRESA		PARÂMETRO	CNPJ
	01	SULMINAS SUPLEMENTOS E NUTRIÇÃO LTDA		
	02	M CASSAB COMERCIO E INDUSTRIA LTDA		
	03	SULMINAS SUPLEMENTOS E NUTRIÇÃO LTDA		
			I	22.528.133/0001-78
			IV	49.698.723/0001-03
			IV	22.528.133/0001-78

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	QTDE	MED	Preço Unitário (R\$)			Preço de Referência (R\$)	Preço Total (R\$)	OBSERVAÇÃO
				01	02	03			
01	Cloroquina	207	Kg	488,00	1.860,00	1.304,00	1.304,00	652.000,00	MENOR PREÇO

Valor considerado inexchangeável diante do preço praticado no mercado nacional e internacional.  
Rio de Janeiro, 08 de maio de 2020.

  
HAMILTON GONÇALVES RAYMUNDO – Cap/R1  
Adjunto da Seção de Análise e Pesquisa de Preços

De acordo:

  
PATRICIA REGINA CARELLI TEIXEIRA DA SILVA – Cap  
Chefe da Seção de Análise e Pesquisa de Preços



**PROPOSTA COMERCIAL – 28-04-2020**

**A/C.: TC Sandra - Chefe da Divisão de Planejamento, Controle e Apoio Logístico - Laboratório Químico Farmacêutico do Exército**

**Em conformidade a solicitação de proposta comercial, segue abaixo nossas condições para fornecimento de 500 kg de Clororquina Fosfato através do processo de Dispensa de Licitação.**

Produto: Cloroquina Fosfato

Fabricante: IPCA - ÍNDIA

Quantidade: 500 kg

Unidade de medida (embalagem): BR 25 kg

Prazo de entrega: 60 dias da confirmação do pedido, aproximadamente. Podendo ou não antecipar dependendo do período de paralização na Índia devido ao COVID 19

Condições de pagamento: 30 dd

Validade da proposta: 3 dias

Tributos inseridos: Todos para fornecimento do produto

Frete: Incluso

Valor unitário: R\$ 1.860,00 p/kg

Valor Total: R\$ 930.000,00

Valor Total por extenso: Novecentos e trinta mil reais.

Atenciosamente,

Nome: Douglas Josefik

Telefone: 11 – 98709-6941

E-mail: douglas.josefik@mcassab.com.br

\_\_\_ SIAFI2020-CONTABIL-DEMONSTRA-CONRAZAO (CONSULTA RAZAO POR C. CONTABIL) \_\_\_\_\_

06/05/20 09:14

USUARIO: KHLEBER

DATA EMISSAO : 20Abr20 VALORIZACAO : 20Abr20 NUMERO : 2020NC001759

UG EMITENTE : 160505 - DEPARTAMENTO-GERAL DO PESSOAL-GESTOR

GESTAO EMITENTE : 00001 - TESOURO NACIONAL

UG/GESTAO FAVORECIDA : 160328 / 00001 - L Q F EX

OBSERVACAO

DIEX NR 5-EGQ/LQFEX. AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA PRODUÇÃO DE ALCOOL GEL E CLORO-  
QUINA PARA AÇÕES DE COMBATE AO COVID19.RECURSO DEVERA SER APLICADO  
EM CONFORMIDADE COM MP N° 926 DE 20 DE MARÇO DE 2020 E ORIENTAÇÕES DA SEF.

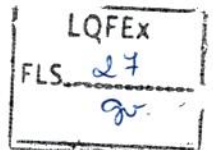
NUM. TRANSFERENCIA :

EV.	ESF	PTRES	FONTE	ND	SB	UGR	PI	V A L O R
300065	1	186121	03000000000	339030		110407	OE0304COV03	1.000.000,00

LANCADO POR : 03555606905 - KELVIN

UG : 160505 20Abr20 16:25

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=ESPELHO PF12=RETORNA



SIAFI2020-CONTABIL-DEMONSTRA-CONRAZAO (CONSULTA RAZAO POR C. CONTABIL)  
06/05/20 10:34 USUARIO: KHLEBER  
DATA EMISSAO : 02Abr20 VALORIZACAO : 02Abr20 NUMERO : 2020NC001248  
UG EMITENTE : 160505 - DEPARTAMENTO-GERAL DO PESSOAL-GESTOR  
GESTAO EMITENTE : 00001 - TESOURO NACIONAL  
UG/GESTAO FAVORECIDA : 160328 / 00001 - L Q F EX  
OBSERVACAO

LQFEX  
FLS. 28  
[Signature]

P/ UG EME-160087. ATENDER AS DEMANDAS DE SAÚDE RELATIVAS à OPERAÇÃO COVID-19.  
(APLICAÇÃO NO LQFEX).PR. 60300.000102/2020-24. DES: INT E IMED. RESP: JOSÉ EDU  
-ARDO LEAL DE OLIVEIRA.NC-668-MD,02ABR2020.APLICAR RECURSO CONF.MP NR 926/2020  
NUM. TRANSFERENCIA :

EV.	ESF	PTRES	FONTE	ND	SB	UGR	PI	V A L O R
300065	1	186121	03000000000	339030		110407	OE0304COV03	450.000,00

LANCADO POR : 03555606905 - KELVIN UG : 160505 02Abr20 21:10  
PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=ESPELHO PF12=RETORNA

NOTA DE EMPENHO

PAGINA: 1

EMISSAO : 06Mai20 NUMERO: 2020NE800074  
ESPECIE : 01 - ORIGINAL  
EMITENTE : 160328/00001 - LABORATORIO QUIMICO FARMACEUTICO DO EXERCITO  
CNPJ : 10266175/0001-07 FONE: 55.21.2391.0868 RAMAL 210 GESTOR FINANCEIR  
ENDERECO : RUA LICINIO CARDOSO, 96-TRIAGEM-RJTELEFAX 55.21.2391.0879  
MUNICIPIO : 6001 - RIO DE JANEIRO UF: RJ CEP: 20960-015

CREDOR : 22528133/0001-78 - SULMINAS SUPLEMENTOS E NUTRICAO LTDA  
ENDERECO : CAPITAO CELSO DE ANDRAD 52 CONJ HAB JEFERSON D  
MUNICIPIO : 4217 - CAMPANHA UF: MG CEP: 37400-000  
TAXA CAMBIO:

OBSERVACAO / FINALIDADE  
2020NC001248 DE 02ABR20 E 2020NC001759 DE 20ABR20, DGP-GESTOR, "PARA ATENDER AÇ  
ÕES DE ENFRENTAMENTO AOS EFEITOS DA COVID-19".CFE REQ N050-DPCALOG/LQFEX DE 30  
ABR20. RESP TC SANDRA PROC ORIGEM: 2020DI00046

CLASS : 1 52101 05153601121C06500 186121 03000000000 339030 110407 OE0304COV03  
TIPO : GLOBAL MODAL.LICIT.: DISPENSA DE LICITACAO  
AMRO: LEI13979 INCISO: CP PROCESSO: 64614001810202008  
UF/MUNICIPIO BENEFICIADO: RJ /  
ORIGEM DO MATERIAL : NACIONAL  
REFERENCIA: ART04/CP LEI13979/20 NUM. ORIG.:


VALOR ORIGINAL : 652.000,00  
SEISCENTOS E CINQUENTA E DOIS MIL REAIS\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*


ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

ND: 339030 SUBITEM: 09 -MATERIAL FARMACOLOGICO  
SEQ.: 1 QUANTIDADE: 500 VALOR UNITARIO: 1.304,00  
VALOR DO SEQ. : 652.000,00

500,00000 Quilograma  
CLOROQUINA, ASPECTO FÍSICO PÓ CRISTALINO BRANCO, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA  
C18H26CLN3.2H3PO4 (SAL DIFOSFATO), PESO MOLECULAR 515,86 G/MOL, GRAU DE PUREZA  
MÍNIMO DE 99,5 , CARACTERÍSTICA ADICIONAL PADRÃO DE REFERÊNCIA ANALÍTICO,  
NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 50-63-5  
MARCA: INSUMO ITEM DO PROCESSO: 00001 ITEM DE MATERIAL: 000434657

TOTAL : 652.000,00

  
HAROLD PAIVA GALVÃO  
ORDENADOR

  
GESTOR FINANCEIRO

reassumir as suas funções.

1º Ten OFT **PATRÍCIA CELESTINO VILA REAL**

Em consequência, os interessados tomem conhecimento e providências.

(Nota nº 20905, de 20 de maio de 2020, da(o) S/1)

**d. INDEFERIMENTO DE REQUERIMENTO DE LICENÇA ESPECIAL**

O Bol Reg/Cmdo 1ª RM nº 35, de 12 MAIO 20, publicou o seguinte: "2) LICENÇA ESPECIAL - Indeferimento No requerimento datado de 10 de março de 2020, em que o militar, servindo no Laboratório Químico Farmacêutico do Exército, solicita ao Comandante da 1ª Região Militar a concessão de 02 (dois) meses de Licença Especial, referente a 1ª parcela do decênio compreendido entre 1º de fevereiro de 1988 e 31 de janeiro de 1998, foi exarado o seguinte despacho: INDEFERIDO, de acordo o Artigo 11, da Portaria do Comandante do Exército nº 470, de 17 de setembro de 2001 (IG 30-07), alterada pela Portaria nº 698-Cmt Ex, de 29 de novembro de 2002. 1º Ten QAO (019425673-1) **CARLOS ALBERTO SILVA DE ALMEIDA**".

1º Ten QAO **CARLOS ALBERTO SILVA DE ALMEIDA**

Em consequência, os interessados tomem conhecimento e providências.

(Nota nº 20908, de 20 de maio de 2020, da(o) S/1)

**e. ORDEM DE INSPEÇÃO DE SAÚDE**

Foi determinado o seu encaminhamento ao MPOM (LQFEx), para ser submetido(a) à inspeção de saúde, para fins de Verificação de Capacidade Laborativa.

Cap Farm **FABÍOLA PETRI**

Em consequência, a Seção de Saúde e demais interessados tomem conhecimento e providências.

(Nota nº 20909, de 20 de maio de 2020, da(o) S/1)

**2. ASSUNTOS GERAIS**

Sem Alteração

**3. ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

**a. ORDENADOR DE DESPESAS**

**CANCELAMENTO DE ITEM DE NOTA DE EMPENHO**

Tendo em vista a divergência no CNPJ fornecido, determino o cancelamento parcial de saldo do empenho do item: 400 kg Cloroquina, referente à Nota de Empenho nº 2020NE800074, de acordo com o solicitado pelo DIEx nº 34-AlmoxIns/DPCApLog/LQFEx.

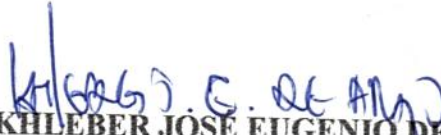
Em consequência, a Divisão Administrativa, Seção de Administração Financeira, SALC, Almoxarifado e demais interessados tomem conhecimento e providências.



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
CML 1ª RM  
LABORATÓRIO QUÍMICO FARMACÊUTICO DO EXÉRCITO  
(Botica Real Militar/1808)**

**TERMO DE ENCERRAMENTO DE PROCESSO**

Aos 03MAI20 procedemos ao encerramento deste processo nº  
64614.001810/2020-08, contendo 31 folhas.

  
**Khleber José Eugênio de Araújo -TC**  
Chefe da Seção de Licitações e Contratos